



AFRICANOS NA AMAZÔNIA*

Cem anos antes da Abolição

Arlene Marie **KELLY-NORMAND**
Historiadora, Pesquisadora
Associada do Núcleo de Altos
Estudos Amazônicos-NAEA da
UFPA.

RESUMO: Alguns dados apresentados neste trabalho raramente são reconhecidos como parte da história amazônica; até surpreendem aqueles que estudam outros aspectos da região. Por exemplo, escravos africanos contribuíram em muito à população paraense, como produtos de plantação contribuíram à economia. Com base num recenseamento do século XVIII, descoberto recentemente, as populações escravas de plantações em paróquias do vale do baixo rio Tocantins foram reconstruídas e variáveis pertinentes analisadas.

PALAVRAS-CHAVE: Escravos africanos, plantação, Amazônia.

AFRICANS IN AMAZON

A Century before abolition

ABSTRACT: Facts evident in this paper are seldom recognized as part of Amazonian history, indeed they surprise those who have studied other aspects of region. For example, African slaves greatly contributed to Pará's population, just as plantation product did to the economy. Based on a recently discovered census from the eighteenth century, slave populations of plantations in parishes of the lower Tocantins river valley were reconstructed and pertinent variables analyzed.

KEY WORDS: Africans slaves, plantation, Amazon.

* Este artigo faz parte de um estudo mais abrangente, em andamento, sobre a história social e demográfica da região do baixo rio Tocantins.

A história do africano e de seus descendentes na Amazônia poderia começar com a travessia de Orelana em 1541-42. Porém, da falta dos nomes, e dos feitos consequentes das ações dos dois pretos que acompanhavam aquela expedição impede maiores esclarecimentos sobre eles. (MEDINA, 1943, p. 122) Como não é possível seguir o passado do africano desde seu início na Amazônia, seria instrutivo apreciar suas atividades a partir das informações disponíveis. Durante a segunda parte do século XVIII, houve um grande interesse da parte dos países europeus em saber sobre a população sob seu domínio. Foram feitos vários recenseamentos que abordavam diversos aspectos da população. Para as colônias, os recenseamentos forneceram detalhes importantes para sustentar as reivindicações territoriais. Desde o Tratado de Madri, em 1750, foi na base da população que territórios poderiam ser justamente reivindicados. Normalmente, a população recenseada nesta época foi dividida em categorias gerais: famílias, agregados, pessoas a soldadas, escravos e índios aldeados.

Para 1788, cem anos antes da abolição, existem duas fontes preciosas sobre a população amazônica: um recenseamento nominal e outro agregado.¹ Com enfoque sobre a escravidão e as pessoas designadas como chefes de famílias de cor (somente há categoria sócio-étnica para os chefes de famílias), os resultados dos recenseamentos referentes a seis paróquias da região do baixo rio Tocantins (Abaeté,

¹ Recenseamento Geral do Pará, 1788, cópia do Conselho Estadual de Cultura, Belém, Pará (original na Biblioteca Nacional, Portugal), em diante citado como Recenseamento Nominal, 1788; e Mapa Geral da População, e Produção da Capitania do Pará, apresentado em 19 de janeiro de 1789, Códice 99, XII, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), em diante citado como Recenseamento Agregado, 1788.

Acará, Baião, Barcarena, Igarapé Miri e Oeiras) serão apresentados e analisados com o objetivo de verificar as características da escravidão tocantina, e de analisar a condição dos chefes de famílias de cor (cafuzo, mulato e preto²). O interesse por esta região deve-se ao fato de que ela foi o primeiro alvo da colonização portuguesa na Amazônia, onde foi introduzido o cultivo de cana-de-açúcar. Desde que a Coroa proibira o uso da mão-de-obra indígena nos canaviais, nos engenhos e na produção de tabaco, no ano de 1729, (AZEVEDO, 1930, p. 240) os produtores de açúcar tiveram que procurar mão-de-obra alternativa, encontrada nos escravos africanos. A procura de mão-de-obra africana foi facilitada com a montagem da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1777), que teve por meta principal, a importação de escravos africanos para a Amazônia³.

Durante a atuação da Companhia de Comércio, a ênfase em produção açucareira na região tocantina foi notada, (QUEIROZ, 1961) mas as observações abordam mais as técnicas empregadas, do que as pessoas que as realizavam. Depois do fim da Companhia, escravos africanos continuavam a ser comprados pelos

² Para fins de esclarecimento dos termos empregados neste trabalho, as seguintes definições serão adotadas para as categorias sócio-étnicas: cafuzo = preto com índio; mulato = preto com branco; preto = preto com preto; mamaluco = índio com branco, e branco = branco com branco, seguindo Vicente Salles, *O Negro no Pará, sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971. p. 94 apud Manuel Diégues Junior. Em termos práticos, as categorias sócio-étnicas não devem ser aceitas como descrevendo a verdadeira herança genética dos sujeitos.

³ Para maiores informações sobre este empreendimento, ver Manuel Nunes Dias, *Fomento e Mercantilismo; a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970. 2v.

habitantes amazonicos, especialmente de Belém e da região tocantina. Isto se verifica pelo aumento dos números absolutos de escravos e pela maioria de homens adultos entre os escravos. (KELLY-NORMAND, 1987, p. 61, 66-7, 86, 92, 97, 109)

Com as informações colhidas dos dois recenseamentos, três grupos relacionados com os africanos foram abordados: donos de escravos ausentes, donos de escravos presentes, e chefes de famílias de cor. Para os donos de escravos, uma divisão foi feita entre eles segundo o número total de escravos (constituindo uma plantação) desta maneira: pequena plantação = 1 a 9 escravos; uma plantação média = 10 a 49 escravos; e plantação grande = 50 escravos em diante.

Nas seis paróquias tocantinas escolhidas em termos da composição de suas populações, duas apresentaram donos ausentes, ou seja, cuja moradia principal ficava na cidade de Belém em 1788: Abaeté e Acará. Ambas as paróquias se localizam nas proximidades de Belém. Em Abaeté, constava apenas uma mulher como dona de escravos ausente, Dona Antonia Clara da Fonseca, com um sítio chamado Macuruça. Seu sítio era pequeno, com nove escravos (cinco homens e quatro mulheres). No Acará, havia 22 donos de escravos morando em Belém, com plantação de todos os tamanhos. Suas características principais estão apresentadas na Tabela 1. Cerca de 23% dos donos ausentes eram mulheres, e uma delas foi dona da única plantação, com 87 escravos.⁴ Uma exceção do padrão

⁴ Segundo as informações arroladas por Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo*, geralmente a concentração de escravos por plantação era baixa, sendo 80 escravos num engenho considerado muito bom. Poucos empreendimentos excederam este total em Pernambuco e Bahia no começo do século XIX, p. 147.

geral foi um mulato, possivelmente o filho liberto de um senhor de engenho e dono de uma plantação grande. Havia somente dois solteiros; ambos detiveram plantações pequenas.

Uma ocupação, a do mercador, tratava diretamente com o comércio; as demais estavam ligadas ao uso da terra: lavrador, senhor de engenho, e senhor de engenhoca. Ainda, quatro não declaravam ocupação. Em termos do nível de vida houve um certo equilíbrio, com seis pobres (todos com pequenas plantações) e seis ricos. A maioria tinha condições medianas.

Tomando por base todas as plantações cujos donos moravam em Belém, a Tabela 2 apresenta o número de plantações, o número de escravos segundo o sexo, o total de escravos, a média de escravos por plantação, e a proporção de homens para mulheres entre os escravos ou a razão de masculinidade. A razão de masculinidade, ou **RM**, é significativa, pois ilustra o balanço entre homens e mulheres. Geralmente, as **RMs** de escravos durante a época de importação ou tráfico demonstravam uma alta proporção de homens no total. É justamente isso que demonstram as **RMs** das plantações de donos ausentes de Abaeté e Acará. Entre as plantações pequenas e as plantações médias e grandes, há uma diferença apreciável entre as **RMs** dos escravos. Nas pequenas plantações havia dois escravos para cada escrava. As proporções das plantações maiores são relativamente mais equilibradas, porém longe de serem as de uma população normal. (HENRY, 1977, p. 60)

A maioria de proprietários de escravos das seis paróquias morava nelas. As características principais destes donos seguem na Tabela 3.

Proporcionalmente, mais mulheres eram proprietárias ausentes do que presentes, desde que 23% dos

donos ausentes e 14% dos presentes eram mulheres. Quase todos eram brancos, com apenas duas exceções: um mameluco e um preto. Enquanto cerca de 10% não declaravam uma ocupação, a grande maioria apontava a lavoura como atividade principal. Entre os donos de pequenas plantações estava Francisco da Silva Telles, de Abaeté, que era o único rico com plantação daquele tamanho. Ele tinha três fazendas com gado e cavalos, além de cultivar alguns outros produtos. O caso dele se explica pelo fato de que o trabalho de fazenda não é intensivo como o cultivo de alguns produtos. É notável que entre os ricos presentes, só havia homens, e que somente brancos detivessem plantações maiores.

Comparando as ocupações apresentadas na Tabela 1 com aquelas acima, fica evidente que a grande maioria dos senhores ou senhoras de engenhos estava morando em Belém. O contrário se revela para os donos de engenhocas, que viviam principalmente nas paróquias.

Os escravos vivendo nas plantações dos proprietários presentes apresentam algumas divergências daqueles das plantações de donos ausentes. Há uma inversão das RMs para as pequenas plantações, onde houve mais equilíbrio entre os escravos dos donos presentes de que entre aqueles dos ausentes. As RMs para os dois grupos, tanto, de médias como de grandes plantações eram semelhantes. Se se utilizar o número médio de escravos por plantações como indicador de riqueza, então os donos ausentes com médias maiores deveriam ter sido os mais ricos. Com dados em série histórica através dos anos sobre as plantações, os escravos e os donos, seria possível testar a hipótese de que a vida como escravos nas plantações maiores de famílias proprietárias mais estáveis era mais sossegada, sem os mesmos transtornos

de separação de famílias que seria mais comum nas pequenas plantações. (METCALF, 1987) Não obstante, o quadro geral das RMs acusa um sistema de plantação ou de "plantation" tradicional, voltado para o mercado de exportação, seja para o mercado local, ou para o exterior.

Como existem informações sobre a produção econômica no Pará, para 1788, foi possível delinear os produtos mais rendosos de cada uma das seis paróquias. Em primeiro lugar, tanto para Abaeté como para Baião, estava o algodão, um produto de trabalho intensivo tradicionalmente cultivado com mão-de-obra escrava nas Américas para exportação. Café, arroz, cacau e açúcar constam entre os cinco produtos mais importantes em todas as seis paróquias. Estes também foram produzidos por trabalho intensivo, e através de mão-de-obra servil.⁵ Outros produtos, provavelmente também para exportação, pelo menos até Belém, incluíram madeiras para construção, farinha, aguardente e milho.⁶ Estes constituíram os produtos básicos da economia das paróquias em 1788. O único produto aparecendo no relatório econômico e não encontrado nas informações adicionais da lista nominativa foi cravo fino, de Ceiras, que era uma "droga do sertão" e não normalmente cultivado. Acontece que nem todas as paróquias tinham detalhes específicos entre as informações adicionais, o que é o caso para Acará, Barcarena e Ceiras. O único empreendimento industrial se encontrava em Baião, uma olaria, pertencente a um escravista.

⁵ Recenseamento Agregado, 1788.

⁶ Aguardente foi bastante utilizado no comércio interno, apesar de proibições oficiais, por causa do seu valor no escambo africano na obtenção de escravos. Madeiras de construção frequentemente foram exportadas para a Europa.

Embora não haja pormenores sobre as atividades dos escravos, é lógico supor que eles ajudavam, em conjunto com as pessoas a soldadas, em todos os empreendimentos dos senhores.⁷ Tentar analisar um padrão de vida-como aquele do escravo na Amazônia do século XVIII - apenas através das parcas informações de documentos oficiais não permite uma visão ampla. Além dos documentos que puderam vir a ser descobertos, uma fonte imprescindível é dos viajantes e cronistas. Para esta década, o único viajante de quem há relatos (publicados e não publicados) com observações detalhadas é o naturalista baiano, Alexandre Rodrigues Ferreira. Segundo seus comentários, a vida dos escravos variava: tinha o lado bom e o lado ruim.

Ele registrou que para os escravos das fazendas, a vida era dura, "muitos morrem...da avareza, a crueldade dos senhores, a fome e a nudez são os males ordinários" deles. Mas para os escravos dos engenhos, a situação era outra. Existiram umas práticas benéficas nos engenhos, tanto para os donos como para os escravos. Cada escravo tinha um terreno ("as geiras de terras"), dependendo do "seu estado" (casado ou pai de família), e um ou dois dias semanais para trabalhar, além dos três a cinco meses quando o engenho não moía cana. Com a venda dos produtos e criações dos escravos, eles chegavam a se sustentar, e ainda a comprar a liberdade deles e dos filhos.⁸ Esta afirmação de Rodrigues Ferreira

7 Os escravos e as escravas desempenharam inúmeras atividades em outras partes do Brasil colonial, v., por exemplo, Emília Viotti da Costa. *Da Senzala à Colônia*. p. 215-217.

8 Ciro Flamarión Cardoso. *Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 146-147, nota 159, apud Alexandre Rodrigues Ferreira, Biblioteca Nacional, 21, 1, 16, fº 25-25v.

apresenta um novo rumo para futuras investigações sobre as condições de escravos na Amazônia. Com fontes adicionais, seria possível verificar até que ponto houve uma diferença clara entre o tratamento reservado para os escravos das fazendas e aqueles dos engenhos. Entre os dois extremos apontados pelo naturalista, qual teria sido a média?

Os parentes-sejam distantes ou próximos-dos escravos, os chefes de famílias de cor, eram relativamente poucos em comparação com os chefes, ou mamelucos. Ao todo, eram 22 pessoas: um preto (também dono de escravo), 12 mulatos (incluindo o dono ausente de uma plantação média) e 9 cafuzos. Quase todos eram considerados pobres. Na Tabela 5 estão apresentadas as características principais dos chefes de cor, e composição geral de suas famílias segundo categoria sócio-étnica do chefe. (São chefes de cinco paróquias, pois Baião teve um chefe de família mameluco, e nenhum de "cor".) É convidativo analisar o número de chefes de cada cor como indicação de ascensão social, sendo que a ordem dava preferência aos mulatos, depois, aos cafuzos, e por último, aos pretos. (Mamelucos como chefes eram mais frequentes de que todos, porém, sem ascendência africana suposta.) A posição do mulato como senhor de engenho e dono de uma plantação média, tende a apoiar esta suposição como um indicador de posição social relativa. Os números são poucos neste estudo e, para fazer uma afirmação conclusiva, dever-se-ia aguardar futuras análises.

Nestes casos, ao contrário dos escravos, o número de mulheres estava equilibrado com o número de homens (caso dos cafuzos), ou era maior. Existe a possibilidade de que as mulheres escravizadas, mulatas ou pretas, tivessem maior facilidade para alforria. Às vezes, as mulheres eram libertadas por

causa de serviços "carinhosos" ou "cuidadosos" prestados ao dono ou a sua família.⁹

O número relativamente pequeno de chefes de famílias de cor não deve ser considerado como inclusivo de todas as famílias destas classificações sócio-étnicas, pois agregados também tinham suas famílias, e não houve distinção detalhada dos agregados considerados entre as famílias dos chefes arrolados. Após um cruzamento feito entre homens livres em Abaeté, alistados para fins militares em 1776, e os chefes de famílias em 1788, três pais de famílias que eram agregados no alistamento anterior, aparecem como chefes de famílias no posterior: dois brancos e um mulato.¹⁰ Outra vez, a categoria sócio-étnica do mulato parece favorecida. É de se supor, então, que entre os agregados de 1788, poderiam ter famílias constituídas de várias categorias sócio-étnicas, ou homens e mulheres solteiros, que futuramente desligaram-se dos chefes atuais, formando famílias independentes.

Estes chefes de cor representados na Tabela 5, pois, são aqueles independentes de obrigação direta de serviço para qualquer outro chefe de família. As ocupações destes homens variavam como aquelas dos escravistas, tendo, porém, menor número de senhores

⁹ Peter L. Eisenberg. Ficando Livre: As Alforrias em Campinas no Século XIX. *Estudos Econômicos*, 17 (2): 175-216, 198. Houve até a tentativa de José Bonifácio (1823) para legislar a liberdade das escravas ameadas com, e que tiveram filhos dos senhores (COSTA, 1982, p. 262).

¹⁰ Relação de todos os cabeças de famílias brancas e mamelucas e de todos os filhos varões, que a cada uma correspondem e existiam pelas diferentes freguesias do distrito do Segundo Terço de Infantaria Auxiliar da Cidade do Grão Pará, segundo o exame a que se procedeu no ano de 1776. Censo da Capitania do Pará, Reinado de D. José I., Códice 990, Arquivo Público do Pará (APP).

de engenho, nenhum senhor de engenhoca, e maior número de ocupações artesanais. Normalmente, as pessoas com profissões artesanais também cultivavam roças de mandioca, como o carpinteiro e o sapateiro mulatos de Abaeté. O chefe preto de Abaeté, Antonio dos Santos, também era dono de um escravo adulto. Sua família consistia em dois meninos, três meninas e duas mulheres. Existe a possibilidade de que o escravo adulto fosse o marido de uma das mulheres, e que existiam laços de parentesco entre todos. As atividades deles eram roçar mandioca e plantar cacau.

A outra exceção entre os chefes de cor era o mulato, Manoel Serrão de Castro, de Acará. Ele e sua família moravam em Belém, mas ele era dono de uma plantação média e senhor de engenho naquela paróquia. Sua responsabilidade se estendia a 45 pessoas: duas meninas que estavam efetivamente a soldada para ele, e 43 escravos no sítio dele, São Domingos. (A soldada se constituía de um serviço-normalmente prestado por pessoas de origem indígena-aprovado por portaria oficial e prazo determinado.) Apesar de ser rico (por herança?), teve um comentário no sentido de que ele não se aplicava aos bens.

Em termos da cor sócio-étnica, deve-se preaver, pois nem sempre houve uma ligação direta entre a categoria e a herança biológica. O processo de branqueamento, estudado no século XX, cuja possibilidade foi levantada para o século XIX, talvez seja fenômeno já no século XVIII na Amazônia. (EISENBERG, 1987, p. 187) Um ponto saliente é que mesmo tendo chefes de família de cor na relação nominal, eles não existem no arrolamento agregado. Os únicos chefes aparecendo no último eram brancos.

O quadro da escravatura tocantina, visto a-

través das seis paróquias sob estudo, apresenta aspectos nítidos de um sistema de plantação ou "plantation" tradicional durante a época do tráfico. Na Tabela 6 estão apresentados os totais de plantações, escravos e médias para os escravistas ausentes e presentes. Como na maior parte das colônias americanas de Portugal, havia maior número de detentores de pequenas plantações, porém maior número de escravos nas plantações médias. Nas poucas plantações grandes, porém, o número total de escravos era menor do que para os pequenos, contrastando com padrões estabelecidos. (COSTA et al., 1987, p. 247) Ainda, a média de escravos por proprietário na região tocantina foi maior do que a registrada para outras regiões.¹¹ A proporção de donos não brancos foi minúscula: cerca de 2%.

A estrutura por sexo dos escravos nas plantações segue àquela encontrada em outras regiões do Brasil escravocrata, com uma grande maioria de homens. (MARCÍLIO, 1984, p. 202) Em contrapartida, porém, a estrutura por sexo das famílias e agregados de chefes de cor, demonstra equilíbrio, ou uma maioria feminina. Como em números absolutos houve grande diferença entre o total de escravos (muito maior) e o total das famílias de cor livres, o equilíbrio sexual geral permanece a favor dos homens, assim prevendo uma boa parte de famílias de escravos como insustentáveis.

Tanto a estrutura por sexo dos escravos, como os produtos de maior rendimento das seis paróquias,

¹¹ Iraci del Nero da Costa et al. Família escrava em Lorena e José Flávio Motta. Família Escrava e Desenvolvimento Cafeeiro em Uma Localidade Valeparaibana, 1801-1829. ms., p. 24, exibem médias bem menores, o que pode ser resultado do início da exploração cafeeira nas regiões do sul.

indicam um sistema tradicional de plantação voltado para exportação. Alguns escravos produziam para o sustento de suas famílias (p. 7 acima), até conseguindo vender sua mercadoria para comprar a liberdade. Falta saber se os produtos vendidos dos escravos eram exportados ou ficavam no mercado interno.

Há fortes indicações entre esta amostra de paróquia, de que pessoas mulatas tiveram mais acesso à ascendência social, do que pessoas de outras categorias sócio-étnicas. Outros estudos semelhantes seriam necessários para poder generalizar sobre a Amazônia como um todo.

No mínimo, este artigo revela que a escravatura na Amazônia existia seguindo algumas linhas tradicionais do sistema de plantação, aumentando e tornando informações anteriores referentes a esta instituição peculiar na região.¹² As plantações eram maiores do que se tem pensado; a média de escravos por plantação foi maior do que outras partes do Brasil escravocrata, e, como em outras regiões, a maioria dos senhores de engenho eram proprietários ausentes. Ainda, alguns escravos tiveram facilidades para se sustentarem e se libertarem, dando início a novas famílias livres, porém humildes na maioria. (O mulato de Acará, Manoel Serrão de Castro, sendo uma exceção rara, ajuda a comprovar a regra: entre as pessoas de cor, somente ele era rico).

Embora a Amazônia geralmente tenha uma herança indígena, existiam áreas dentro da grande região onde a influência maior era do africano.

¹² Ver por exemplo, Jacob Gorender, O Escravismo colonial; Iraci del Nero da Costa et al. Família escrava em Lorena e Caio Prado Júnior. Formação do Brasil Contemporâneo, nenhum dos quais sequer cita proporções dos escravos nas plantações paraenses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO**, João Lúcio. Os Jesuítas no Grão Pará: suas missões e a colonização. 2 ed. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930.
- CARDOSO**, Ciro Flamarion. Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas; Guiana Francesa e Para (1750-1817). Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- COSTA**, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.
- COSTA**, Iraci del Nero da; **SLENES, ROBERT W. SCHWARTZ, STUART B.** A Família Escrava em Lorena (1801). Estudos Econômicos, 17 (2): 245-295, 1987.
- DIAS**, Manuel Nunes. Fomento e Mercantilismo: A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778). Belém, Universidade Federal do Pará.
- EISENBERG**, Peter L. "Ficando Livre: As Alforrias em Campinas no Século XIX," Estudos Econômicos, 17 (2): 175-216, 1987.
- GORENDER**, Jacob. O Escravismo Colonial. São Paulo, Ática, 1978.
- HENRY**, Louis. Técnicas de Análise em Demografia Histórica. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1977.
- KELLY-NORMAND**, Arlene M. Processos de Povoamento no Vale do Baixo Tocantins, Século XVII e XVIII. Belém/Brasília, **CNPq**, 1987. (Relatório Técnico)
- MARCÍLIO**, Maria Luiza. "Sistemas Demográficos no Brasil do Século XIX." In: População e Sociedade: Evolução das Sociedades Pré-Industriais. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 193-207.
- MEDINA**, José Toribio. The Discovery of the Amazon: According to the Account of Friar Gaspar de Carvajal and other Documents. New York, American Geographical Society, 1943.
- METCALF**, Alida. "Vida Familiar dos Escravos em São Paulo no Século Dezoito: O Caso de Santana de Parnaíba." Estudos Econômicos, 17 (2): 229-243, 1987.
- MOTTA**, José Flávio. Família Escrava e Desenvolvimento Cafeeiro em Uma Localidade Valeparaibana, 1801-1829. ms.

- PRADO**, Júnior, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo, 15. ed. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- QUEIROZ**, Fréi João de São José. Visitas Pastorais. Rio de Janeiro, Melso, 1961.
- SALLES**, Vicente. O Negro no Pará; sob o regime da escravidão. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971.

TABELA 01

ACARÁ: DONOS DE ESCRAVOS AUSENTES, 1788

TAMANHO PLANTAÇÃO	SEXO		DONOS		COR		Lavrador	OCUPAÇÕES		CONDIÇÃO		
	HOMEM	MULHER	BRANCA	MULATA	Brancos	Mulatos		Sr. ENGO	Sr. ENGOCA	NÃO INCLUIDO	POBRE MEDIANA RICA	
PEQUENA	7	1	8	-	6	1	-	-	-	1	6	1
MÉDIA	10	3	12	1	6	-	4	1	-	3	-	9
GRANDE	1	1	1	-	-	-	1	1	-	-	-	-
TOTAIS	17	5	21	1	12	1	5	1	1	4	6	10

FONTE - Recenseamento Nominal, 1788

TABELA 02

DONOS AUSENTES, NÚMERO DE PLANTAÇÕES, DE ESCRAVOS E MÉDIAS POR PLANTAÇÃO

PLANTAÇÃO TAMANHO	NÚM.	ESCRAVOS		MÉDIA POR PLANTAÇÃO	RAZÃO DE MASCULINIDADE
		HOM.	MUL. TOTAL		
PEQUENA	9	36	18	6	200,0
MÉDIA	13	185	121	23,5	152,8
GRANDE	1	51	36	87	141,1

FONTE - Recenseamento Nominal 1788.

TABELA 03
AS SEIS PARÓQUIAS: DONOS PRESENTES EM 1788

TAMANHO PLANTAÇÃO	DONOS		COR*		Lavrador	OCUPAÇÕES			Sr. ENGoca	N/I	CONDIÇÃO				
	HOM.	MUL.	Br.	Mm.		Fazendeiro	Carpinteiro	Sr. ENGO			P	M	R	N/I	
PEQUENA	78	10	86	1	1	73	2	2	-	6	5	40	33	1	15
MÉDIA	15	6	21	-	-	9	-	-	-	8	4	2	14	4	1
GRANDE	3	-	3	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	3
TOTAIS	96	16	110	1	1	82	2	2	1	15	10	42	47	8	16

* Br. = Branco; Mm. = Mameluco; e Pr. = Preto.

FONTE: Recenseamento Nominal, 1788.

TABELA 04
**AS SEIS PARÓQUIAS, DONOS PRESENTES,
 PLANTAÇÕES, ESCRAVOS E MÉDIAS**

PLANTAÇÃO TAMANHO	DONOS NUM.	ESCRAVOS		MÉDIA POR PLANTEL	RAZÃO DE MASCULINIDADE
		HOM.	MUL. TOTAL		
PEQUENA	88	205	128	3,8	160,1
MÉDIA	21	238	151	18,5	157,6
GRANDE	3	106	71	59	149,2

FONTE - Recenseamento Nominal 1788.

TABELA 05
CINCO PARÓQUIAS: CHEFES DE COR E SUAS FAMÍLIAS

COR	CHEFES NÚM.	FAMÍLIA		*RM	OCUPAÇÕES					Sr. ENGo	N/I	
		HOM.	MUL.		Lavra- dor	Carpin- teiro	Fer- reiro	Sapa- teiro	Caldei- reiro			
CAFUZO	9	19	27	103,7	6	2	1	-	-	-	-	-
MULATO	12	23	37	89,2	6	2	-	1	1	1	1	1
PRETO	1	2	5	60,0	1	-	-	-	-	-	-	-
TOTAIS	22	44	69	63,8	13	4	1	1	1	1	1	1

* Inclui a adição dos chefes no total, exceto no caso do mulato, que era dono de escravos ausente.
 FONTE - Recenseamento Nominal, 1788.

TABELA 06
TOTAIS DE PLANTAÇÕES, ESCRAVOS E MÉDIAS

TAMANHO	PLANTAÇÃO		TOTAL DE ESCRAVOS	MÉDIA POR PLANTAÇÃO	% DO TOTAL
	NÚMERO	TOTAL			
PEQUENA	97	387	4	28,75	
MÉDIA	39	695	18	51,64	
GRANDE	4	264	66	19,61	
TOTAIS	140	1346	10	100,00	

FONTE - Tabela 2 e 4